

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO NORMA E SABER NECESSÁRIO NO SEMIÁRIDO

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A STANDARD AND NECESSARY KNOWLEDGE IN THE SEMI-ARID

Maria da Conceição de Jesus Araújo Carmo

Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA

mariadaconceicaoaraujo123@gmail.com

Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA

luiz_goncalves@uvanet.br

<https://orcid.org/0000-0003-2090-6312>

288

RESUMO

A natureza dessa pesquisa foi analisar como a Educação Ambiental está sendo trabalhada no contexto escolar da E. E. M. Wilebaldo Aguiar e também realizar uma análise do uso e reutilização dos resíduos sólidos. Além de um levantamento bibliográfico para haver um embasamento na pesquisa, também ocorreram outros processos para concretizarmos o estudo na escola. Os processos trabalhados nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro foram: observações, entrevistas, participação de projetos e construção do relato de experiência sobre EA. Temos como objetivo compreender como a educação ambiental está inserida no ambiente escolar. Em uma forma mais específica, seguimos pela análise da inclusão da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola; do comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula estando ligado ao descarte dos resíduos sólidos e por último a análise de como a educação ambiental é trabalhada no cotidiano da escola. Portanto, com o procedimento metodológico realizado, os objetivos alcançados, finalizamos a pesquisa concluindo que a escola está há 100 anos em funcionamento, e após todo esse processo vemos que a ela está seguindo o processo da evolução com o passar do tempo, se preocupa muito com a evolução dos alunos, mas vemos também que a questão de projetos voltados para educação ambiental têm uma mobilização ainda pequena e os alunos, mesmo estando em um mundo moderno, com tecnologias avançadas, são poucos os que se sensibilizam com as consequências de suas ações no meio ambiente. O estudo realizado sobre Educação Ambiental foi de grande relevância, pois é um debate que a cada dia que passa se torna urgente para fazer a leitura do mundo. O aumento do consumo na vida urbana e produção de produtos e embalagens descartáveis gera uma grande quantidade de resíduos cuja má forma de descarte torna-se de extrema preocupação. A EA não deve ser apenas um tema discutido, mas posto em prática, precisa modificar comportamentos e posturas diante do mundo que aí está.

Palavras-chave: Conscientização ambiental. Educação Ambiental. Coleta Seletiva. Resíduos Recicláveis. Escola.

SUMMARY

The nature of this research was to analyze how Environmental Education is being worked on in the school context of E. E. M. Wilebaldo Aguiar and also to carry out an analysis of the use and reuse of solid waste. In addition to a bibliographical survey to provide a basis for the research, other processes also took place to carry out the study at school. The processes worked on in the months of August, September, October and November were: observations, interviews, project participation and construction of the EA experience report. We aim to understand how

environmental education is inserted in the school environment. In a more specific way, we continue by analyzing the inclusion of Environmental Education in the school's Pedagogical Political Project – PPP; of students' behavior inside and outside the classroom, linked to the disposal of solid waste and, finally, the analysis of how environmental education is implemented in the daily life of the school. Therefore, with the methodological procedure carried out, the objectives achieved, we ended the research concluding that the school has been in operation for 100 years, and after this entire process we see that it is following the process of evolution over time, it is very concerned with the evolution of students, but we also see that the issue of projects aimed at environmental education have still little mobilization and students, even though they are in a modern world, with advanced technologies, few are aware of the consequences of their actions in the environment. The study carried out on Environmental Education was of great relevance, as it is a debate that becomes urgent with each passing day to read the world. The increase in consumption in urban life and the production of disposable products and packaging generates a large amount of waste whose poor disposal becomes an extreme concern. EA should not just be a discussed topic, but put into practice, it needs to change behaviors and attitudes towards the world that exists.

Keywords: Environmental awareness. Environmental education. Selective collect. Recyclable Waste. School.

INTRODUÇÃO

A convivência com o ambiente semiárido demanda diversas ações, tanto no âmbito institucional quanto no âmbito social, que contribuam para uma nova visão sobre os usos dos recursos e suas fragilidades, sendo esses elementos norteadores de novas práticas sustentáveis.

A globalização do mundo capitalista potencializou a pressão sobre os ambientes naturais sob a perspectiva moderna de exploração dos recursos como progresso e desenvolvimento. Contudo, o contexto de eventos extremos como precipitações de grande pluviometria, ondas de calor e estiagens fruto do aquecimento global deve nos alertar para as consequências da inércia diante dos fatos.

O desconhecimento da organização dos espaços naturais desconectou as pessoas que cresceram no meio urbano e é preciso reaprender a viver observando e incorporando saberes necessários no enfrentamento dos desafios postos pelo paradigma da urbanização capitalista. A Educação Ambiental (EA) pode contribuir de modo efetivo para a construção de uma visão sustentável e prática com os ambientes naturais. Enquanto norma, a EA já percorreu um caminho de institucionalização, porém urge compreendê-la como saber necessário, especialmente para aqueles que vivem nos sertões do Nordeste semiárido brasileiro.

Essa região seca denominada como sertões do Nordeste seco não é mera redundância tendo vista a homogeneidade fisiográfica, ecológica e social que recobre a maior parte da região cujo domínio climático regional é do clima semiárido com altas temperaturas, precipitações irregulares e a presença da vegetação da caatinga como resposta principal dos ambientes semiáridos (Ab'Sáber, 2003). Sem dúvida, as longas estiagens nos sertões tiveram implicações na economia regional, sobretudo, com as grandes secas com estiagens prolongadas que tinham impacto também sobre os recursos naturais, cabendo-nos refletir sobre o conhecimento já produzido sobre os saberes, princípios da EA e as práticas no ambiente escolar.

Esse trabalho foi organizado em cinco tópicos, sendo o primeiro composto por esta introdução. No segundo tópico, buscamos fazer uma síntese da emergência da questão ambiental nas conferências de meio ambiente propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O terceiro tópico aborda a conjuntura legal da educação ambiental no Brasil. O quarto tópico mostra alguns elementos da inserção da EA no contexto escolar, finalizando com nossas considerações finais.

A questão ambiental nas conferências da ONU

É importante refletir em que momento a pauta ambiental passou a ser discutida entre os estados-nações, principalmente, após a Revolução Industrial. Segundo Ribeiro (2001), as primeiras ações que tiveram o intuito de regular a ação humana sobre o ambiente por meio de tratados internacionais ocorreram por volta dos anos 1900. Nesse contexto não é possível separar as visões imperialista e colonialista de conquista territorial que culminou na exploração humana e esgotamento de recursos naturais em diversas colônias na América, África e Oceania sob a justificativa do discurso civilizatório e de povoamento.

Os primeiros movimentos para os tratados internacionais tiveram início no período pré-Guerra Fria, marcado por rupturas da ordem ambiental internacional. O poder militar, econômico, político, das ONGs e dos grupos transnacionais tiveram um papel relevante sobre as mudanças de visão na proteção do meio ambiente e, conseqüentemente, na ordem ambiental internacional.

No período da virada do século XIX para o século XX havia a convicção de que a ciência e a tecnologia seriam dar solução aos problemas da humanidade, principalmente, daqueles gerados pelo processo industrial (RODRIGUEZ, 2009). Os fatos ocorridos nos séculos citados, ainda são objeto de interesse de muitos estudiosos no período contemporâneo.

Os problemas ambientais tiveram um aumento durante a Revolução Industrial, baseado no uso intensivo do uso de energia fóssil de maneira que “[...] os impactos da ação dos seres humanos se ampliaram violentamente com o desenvolvimento tecnológico e com o aumento da população mundial provocados por essa revolução.” (MARCATTO, 2002, p. 24).

Segundo Leff (1998, p. 22), a problemática ambiental surge de fato “[...] nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização”. Ribeiro (2001, p. 63) aponta que o primeiro movimento em defesa do meio ambiente denominado de: *Conferência das Nações Unidas para a Conservação e utilização dos Recursos*, foi o primeiro evento voltado “[...] para o temário ambiental de destaque da Unesco ocorreu em 1949, com a realização da UNSCCUR, em Lake Success, Estados Unidos, que contou com a participação de 49 países”.

As Conferências sobre Educação Ambiental foram realizadas pela Unesco, sendo que a primeira ocorreu em Belgrado (Iugoslávia), em 1975, e recebeu o nome de Encontro de Belgrado. Conforme Leff (2001) e Marcatto (2002) outros eventos marcaram o desenvolvimento da EA no decorrer das décadas.

- ✓ **1972** – Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, a educação ambiental foi apresentada e celebrada como um meio prioritário de alcançar os fins de um desenvolvimento sustentável;
- ✓ **1972** – O “Clube de Roma” publicou um relatório chamado “Os limites do crescimento”, onde se fazia uma previsão bastante pessimista do futuro da humanidade, caso as bases do modelo de exploração não fossem modificadas. O ‘Clube de Roma’ surgiu através de um grupo de pessoas ilustres, onde eram debatidos vários assuntos relacionados à política, economia internacional e, sobretudo, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Ainda em 1972, a Organizações da Nações Unidas (ONU) realizou em Estocolmo, Suécia, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- ✓ **1977** – Conferência de Tbilisi, aconteceu na cidade de Tbilisi, antiga URSS, ocorreu o mais importante evento internacional em favor da educação ambiental, organizada pela UNESCO em colaboração com o PNUMA. Foi assim chamada “**Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**”, que foi responsável pela elaboração de princípios, estratégias e ações orientadoras em educação ambiental que são adotados até a atualidade;
- ✓ **1992** – ECO – 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, Conferência do Rio de Janeiro ou Rio 92, realizada de 3 a 14 de junho, foi uma conferência de Chefes de Estado organizada pelas Nações Unidas e seu objetivo foi debater os problemas ambientais mundiais. Durante esse movimento foram produzidos vários documentos como: Carta da Terra, Agenda 21, Convenção das Mudanças Climáticas, Convenção da Biodiversidade e o Encontro da Terra também chamado de Rio+10.

Ribeiro (2001) afirma que, a realização da UNSCCUR, da Conferência da Biosfera, da Convenção de Ramsar e as reuniões organizadas para tratar da educação ambiental, permitiram a realização da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano que ocorreu em Estocolmo em 1972. O autor conclui que, mesmo após a Conferência de Estocolmo, a temática ambiental só entraria na agenda de políticos vinte anos mais tarde. Outros movimentos de oposição surgiram nessa década criticando o “[...] modelo dominante de desenvolvimento industrial e agrícola mundial, e dos seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos.” (MARCATTO, 2002, p.).

Nos anos 1980 surgiu a temática do meio ambiente e do desenvolvimento, adotando a interdisciplinaridade como propósito explícito e com as experiências dos projetos educacionais que deram início desde a Conferência de Tbilis, depararam-se com vários obstáculos e dificuldades para com a interação disciplinar, dificultado o avanço da educação ambiental (LEFF, 2001).

Podemos descartar a ‘Agenda 21’, pois foi definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Ribeiro (2001, p. 12) nos diz que:

A extensa pauta preocupações do Fórum das ONGs não correspondia aos pontos a serem trabalhados no evento do Rio. Inicialmente, tentamos entender as razões que definiram a pauta da CNUMAD: mudanças climáticas, proteção à diversidade biológica e às florestas e definição de um plano de ação voltado

à implantação de medidas que minimizassem a degradação ambiental, conhecida como *Agenda XXI*.

Para Rodrigues (2009, p. 59), as conferências são formadas por uma sequência de fatores, nas quais o mesmo afirma que a Agenda XXI é formada pelos seguintes pontos:

- Uma meta, que é a herança da concepção de progresso da civilização ocidental.
- Um princípio universal aceito pela maioria dos governos e do aparato da Nações Unidas.
- Um campo social polinucleado de luta pelo poder.
- Uma ideia reguladora de outras concepções.
- A força motriz da estratégia de institucionalização da problemática ambiental.
- Uma ideia da etapa atual de civilização preocupada com o futuro de sua própria existência.

A conjuntura legal da Educação Ambiental no Brasil

A educação escolar é um passo importante na aquisição do conhecimento e para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na construção de valores e visões de mundo e da sociedade que promovam o desenvolvimento social sustentável. Ribeiro (2001, p. 70) descreve o início da Educação Ambiental no Brasil:

Em 1977, em Tbilisi (Geórgia), ocorreu a Primeira Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental. Dessa reunião surgiram os princípios da educação ambiental a serem aplicados dentre os quais identificamos a interdisciplinaridade, a prática pedagógica envolvendo o estudante em sua realidade, e “uma atenção particular deverá ser dada à compreensão das relações complexas entre o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria do meio-ambiente, com vistas a possibilitar aos educandos tomarem atitudes diante dos impasses ambientais.

A Educação Ambiental passou por vários processos de modificações das leis, a primeira delas foi a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, constituiu o marco inicial das ações para conservação ambiental e incorporação do tema nas atividades de diversos setores da sociedade brasileira.

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

[...]

Art. 7º - É criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, cuja composição, organização, competência e funcionamento serão estabelecidos, em regulamento, pelo poder Executivo. (BRASIL, 1981).

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental, define em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Ainda segundo a referida Lei, a Educação Ambiental tem como um dos seus objetivos fundamentais: “[...] I- o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, económicos, científicos, culturais e éticos”. (BRASIL, 1999).

Trazemos a Lei nº 9.795, em 27 de abril de 1999, onde dos artigos 9º ao 12º aborda sobre EA no Ensino Formal, ou seja, a educação deve iniciar desde a infância e seguindo até a fase adulta, fazendo com que haja um molde e amadurecimento na formação do ser humano sobre a educação ambiental. Como destaca o “Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. (BRASIL, 1999).

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental. Ou seja, compete aos órgãos a devida tomada de decisão sobre o meio ambiente e educação ambiental do local, incluindo a população.

A Lei nº 10.172, em 9 de janeiro de 2001, aprovava o Plano Nacional de Educação que incluía a educação ambiental como tema transversal e observava o dever de implementá-la nos ensinos fundamental e Médio.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, § 1º, inciso VI, assegura o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuído ao Estado e dever de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2001).

Ribeiro (2001) diz que na Conferência da Biosfera ocorreu uma reunião muito importante a respeito da temática ambiental. Com ajuda da Unesco, houve união de países e indicações de temas de pesquisa, em seguida foi definido objetivos do programa, um deles é parecido com a lei citado anteriormente e será destacado em seguida: “[...] g) Promover a educação ambiental em seu mais amplo sentido por meio de: 1. Desenvolvimento de material de base, incluindo livros e complementos de ensino, para os programas educativos em todos os níveis.” (RIBEIRO, 2001, p. 64).

Nesse sentido, buscaremos verificar em que medida a escola tem promovido no ensino de geografia, a conscientização dos alunos no que se refere a preservação do meio ambiente, sobretudo, dos impactos ambientais fora do ambiente escolar e a repercussão das ações de educação ambiental nos hábitos domésticos e familiares.

A Geografia é uma disciplina que estuda o espaço geográfico, ou seja, todo o espaço terrestre produzido pelo homem ou que possui uma relação direta ou indiretamente com o mesmo. Assim, o estudo das sociedades urbana e rural, o uso e apropriação dos recursos naturais e as dinâmicas naturais fazem parte dos estudos geográficos. Essa disciplina ficou extremamente voltada para a crítica das relações capitalistas de produção, contudo contribuiu muito pouco para a discussão da temática ambiental, mostrando-se quando o fez muito sobre pobre e limitada. (MENDONÇA, 2002).

A Geografia irá surgir como ciência no século XIX, na Alemanha. Os autores considerados como “pais” da geografia são os alemães Alexander Von Humboldt e Karl Ritter. É, também, da Alemanha que aparecem as primeiras propostas metodológicas e a formação das primeiras correntes de pensamento na geografia. (ANDRADE, 2008).

Sendo assim, a Geografia é uma disciplina muito importante para os alunos, pois os conteúdos estimulam as crianças a observarem o seu espaço, visto que as paisagens estão em constante transformações, sendo que, de um mesmo ponto de observação, é possível perceber uma paisagem diferente de um instante para o outro. No entanto, há paisagens que levam anos ou mesmo décadas para que sejam percebidas as mudanças. As características das paisagens revelam como a sociedade se relaciona com a natureza em cada lugar.

Um dos conteúdos abordados nos livros didáticos é a importância da água, pois é uma substância fundamental para a vida, outros temas como a destruição das matas, a contaminação dos rios e a poluição do ar também são estudados, pois estão relacionadas principalmente com a exploração dos recursos naturais.

Nos dias atuais, uma grande parte da população, principalmente as pessoas que vivem nas cidades, é responsável por consumir uma quantidade enorme dos mais variados tipos de produtos: alimentos, roupas, aparelhos eletrônicos, dentre outros. Leff (1998) afirma que o consumismo virou qualidade de vida para as pessoas:

A questão da qualidade de vida irrompe no momento em que a massificação do consumo converge com a deterioração do ambiente, a degradação do valor de uso das mercadorias, o empobrecimento crítico das maiorias e as limitações do Estado para prover os serviços básicos a uma crescente população marginalizada dos circuitos da produção e do consumo. (LEFF, 1998, p. 321).

O consumismo provoca a exploração excessiva dos recursos naturais e também o aumento da quantidade de resíduos. Muitos produtos são descartáveis, outros são jogados no lixo ainda em condições de uso e são substituídos por modelos mais novos. Dessa forma, o resultado do grande consumismo é grande quantidade de resíduos gerados, haja vista que não são descartados corretamente.

De acordo com Berríos (2006, p. 23) a vida contemporânea é marcada pela “[...] economia de fluxo, na qual os objetos são produzidos para ser rapidamente substituídos por outros mais novos, quando não descartáveis, num processo de aceleração da sua caducidade.”. O autor descreve fatos que não estão distantes da realidade de pequenos municípios do semiárido cearense com Massapê, onde o consumo massificado de eletrodomésticos, mobiliários do lar, eletroeletrônicos, comida processada dentre outros.

Muitas vezes o consumidor não está precisando do objeto, mas a vontade de comprar e está acompanhando a tendência não leva a pensar na relação custo-benefício do produto.

E todos esses produtos de consumo chegam até as casas das pessoas que se encantam no primeiro momento, porém, como uso do produto tem prazo de validade ou a evolução do produto percorre um curto ciclo de uso, passando a ser objeto de descarte e compondo parte dos resíduos sólidos urbanos.

A Educação ambiental no contexto escolar e os saberes necessários para uma cidadania ambiental

A escola tem um papel de desenvolver a opinião crítico-ambiental dos alunos. Porém, o ambiente escolar deve ser bem estudado, para que se possa perceber se esse processo estará realmente acontecendo dentro ambiente escolar.

A Educação Ambiental na escola pode ter início no Ensino Fundamental, onde a criança começa a ter contato com um novo mundo a sua volta, o professor pode começar a desenvolver projetos que conscientizem as crianças sobre desperdício alimentar, destino adequado do lixo que produz, mostrar os impactos que o lixo ao meio ambiente e as formas de reciclar diversos materiais que eles pensam que não tem mais utilidade. Rodrigues (2009, p. 205) nos apresenta uma pedagogia em que o professor busca o “[...] equilíbrio entre a transmissão do conhecimento pelo professor e a organização formal do processo educativo, com a possibilidade de fomentar o desenvolvimento dos indivíduos, por orientar, também, para independência e autonomia dos sujeitos.”

No ambiente escolar é importante analisar se os alunos têm o hábito e o conhecimento de como se descarta e reutiliza os resíduos sólidos produzidos por eles, pois essa pequena ação é essencial para facilitar a coleta pelos catadores de lixo e também para a reciclagem, as lixeiras seletivas recebem uma cor para ajudar da identificação, facilitando a compreensão de quem vai direcionar o lixo para cada repartição da lixeira.

Na resolução CONAMA n° 275, dia 25 de abril de 2001, é dito no **Art. 1°** “Estabelecer o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para coleta seletiva”. A coleta seletiva é muitas vezes citada como alternativa para o problema dos resíduos sólidos, pois quando o lixo é jogado dentro de uma lixeira sem suas divisões por tipo de material é mais difícil ser reciclado, por exemplo o papel quando misturado com orgânico torna inviável a reciclagem, mas quando separado de forma correta, permite reaproveitar não somente o papel, mas também o vidro, o metal, o plástico e até a matéria orgânica.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n° 12.305/10 é composta por várias metas para que haja uma diminuição dos resíduos sólidos, possíveis soluções e até mesmo proibições da má utilização desses resíduos, no **Art. 15** uma das metas é “A eliminação e recuperação dos lixões, associados a inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.”

Podemos mostrar também no **Art. 18** desta mesma lei, no décimo inciso onde diz que “Programas e ações de educação ambiental à ação da não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.”. A partir disso, podemos analisar a importância das leis, pois são feitas com o objetivo de tentar mudar as atitudes da sociedade, mas como ninguém é obrigado a seguir, a maioria das pessoas não seguem as normas.

A educação é o início do processo de formação dos educandos, podendo ser analisado o processo de aprendizagem dos mesmos. A escola é o ambiente em que os alunos começam a conhecer o mundo e o professor tem o papel principal para essa aprendizagem, ele que vai instigar os educandos à conhecerem o seu espaço, pois a sala de aula é um território que, se for observado, encontraremos diversos tipos de comportamentos, culturas, ou seja uma diversidade de aprendizagens. Brandão (2007, p. 10) diz que a educação passa de geração em geração: “A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida.”.

Freire (1999, p. 29) afirma que: “percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que vive a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.”. Embora a ausência de maior infraestrutura nas escolas, pelo autor podemos entender que não devemos nos prender frente aos obstáculos, mas devemos lutar para que os alunos compreendam não apenas o conteúdo, mas passem a questioná-lo e se tornem pesquisadores. Essa é a diferença da tarefa docente na educação, embora os obstáculos existam nas escolas, devemos lutar por melhorias.

Mas esse processo nem sempre ocorre da forma que o professor propôs, pois o educador planeja sua aula, seguindo as normas que escola exige e quando vai aplicar em sala não consegue por causa da indisciplina dos alunos, ou quando o professor tenta passar um conteúdo diferente, por mais que esteja dentro do contexto da disciplina, é barrado pelo sistema da escola, mas isso não quer dizer que o educador fique impossibilitado de fazer uma aula mais atrativa.

O aluno vê as aulas como algo “chato” ou “cansativo”, pois o professor não muda a forma de repassar seu conhecimento sobre o assunto em sala de aula. Ao observar muitos professores, nota-se que os eles reclamam muito sobre o comportamento dos alunos, mas não procuram uma forma de mudar o pensamento dos alunos, podemos tornar uma aula tradicional em uma aula atrativa e usando o conteúdo que foi programando.

Freire (1996, p. 74) “O meu respeito de professor à pessoa do educando, à sua curiosidade, à sua timidez, que não devo agravar com procedimentos inibidores exige de mim o cultivo da humildade e da tolerância”. O professor tem um papel de compreender o aluno, não precisa viver a vida do educando, mas entender sua realidade e assim fazer com que esse aluno desenvolva e mostre a sua linha de pensamento construída dentro do seu próprio espaço. O tempo é outro obstáculo do educador, pois o mesmo se preocupa em passar o conteúdo e esquece de ouvir os seus alunos. O discente muitas vezes tem pensamentos construtivos sobre o conteúdo abordado, mas tem medo de expressá-lo abertamente.

Quando estamos na escola somos limitados de muitos conhecimentos que adquirimos na universidade. Durante o processo de graduação vemos que não podemos ter a chance de conhecer um mundo de novas aprendizagens, onde não há limites e cabe a nós continuarmos a pesquisar e descobrir sempre algo novo.

Como afirma Brandão (2007, p. 47) “A educação do homem exige por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa”. A educação é um processo que passa de geração em geração, mas existem vários fatores que podem alterar esse processo. Como vivemos em um período em que as tecnologias avançam cada vez mais,

as informações estão nas nossas mãos a cada segundo, a geração que encontramos nas escolas são de alunos mais conectados, porém não temos como afirmar que não mais informados.

Cabe ao professor trabalhar a ligação entre o conteúdo e os acontecimentos da atualidade, fazendo com que os alunos manifestem suas visões, questionem e o fundamentem, que compreendam a importância de termos uma leitura crítica sobre o mundo em que vivemos. Outro ponto que podemos observar na escola é a falta de leitura, pois muitas vezes a leitura é incentivada de forma errada.

Na escola a leitura só serve para fazer o educando passar em uma prova. Então, a leitura vira uma obrigação, se torna algo “chato”, sem propósito, pois depois daquela prova o aluno não precisa daquela leitura para nada e o que foi lido vai sendo esquecido com o passar do tempo. Segundo Castellar (2005, p. 212), “O diálogo existente entre o pensar pedagógico e o saber geográfico permite afirmar que o aluno vai para a escola e aprender a ler, escrever e contar, o que se ensina com mais competências; no entanto o que menos se ensina é a ler o mundo.”.

A leitura de livros é necessária para que você tenha compreensão para uma melhor leitura de relações, relações sociais, relações humanas, econômicas dentre outras, pois o mundo é cheio de questões e problemas, mas a maioria das pessoas que vivem nesse mundo passam de geração em geração vivendo no automático, sem parar para entender o que está acontecendo ao seu redor.

Mas isso acontece porque essas pessoas não aprenderam a “ler” o mundo, quando o educando ler, ele começa a compreender a estrutura das sociedades, compreendendo as linguagens. A vida é um texto, e da mesma forma que você precisa ler os parágrafos para poder entender um texto, você precisa ler a sociedade para entender o processo de evolução do mundo, pois cada um tem uma forma de leitura e interpretação e isso faz com que a sua mente se abra para novos conhecimentos.

Portanto, outra forma de aprimorar o conhecimento dos educandos é incentivando à leitura, mas percebe-se que não há esforço por parte dos educandos. Vivemos uma educação sistematizada, pois os alunos não praticam o seu conhecimento em sala se o professor não der um incentivo. As escolas poderiam abrir espaços de leituras, uma leitura atrativa para todos, sair da mecanização e começar a praticar, fazer um saber diferente, ampliar nosso conhecimento, enxergar novos horizontes ou além deles.

A matéria publicada dia 04/07/2018, no blog Estadão chama atenção pelo conteúdo que destaca as ações de um colégio que busca implementar a educação para a sustentabilidade na formação da geração que nasceu num mundo cercado de novas tecnologias, ou seja, os que nasceram na Terceira Revolução Industrial. Essa geração descrita como “Geração Z”, não se impressiona mais com os avanços tecnológicos, porém é marcada pelo consumismo que marca o momento atual em que se produz mais, se consome mais e se descarta mais.

A escola que associada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Na escola podemos trabalhar um conteúdo através de uma oficina pedagógica ou uma aula de campo, para as crianças tudo é novo, o que o professor falar irá gerar uma dúvida, os adolescentes com o passar do tempo vão mudando de comportamento, surgem muitas dúvidas que eles acabam guardando para si. O conhecimento está em constate crescimento, o educador transmite o seu conhecimento e

o aluno absorve essa aprendizagem, gera suas dúvidas e ao repassar para o professor muitas vezes estamos realizando o processo de troca de conhecimento. Castellar (2005) chama esse sistema de “psicogenética”, pois é um processo no qual as crianças aprendem a encontrar respostas para seus problemas.

Analisamos então a importância da geografia nas séries iniciais para que o aluno aprenda a ler e escrever através da sua observação, análise e descrição do espaço, com o objetivo de construir um olhar sobre o mundo, não através de um mapa, mas por meio do que está ao seu redor, como as diferentes sociedades, a questão econômica e a política. Callai (2005, p. 243) mostra esse processo de aprendizagem da disciplina de Geografia, denominando-o de “alfabetização cartográfica”.

A geografia, por vezes, considerada uma disciplina decorativa, para Castellar (2005) é uma disciplina escolar que deve ensinar o aluno a observar, refletir e compreender a realidade. No Ensino Fundamental o professor começa a construir um caminho para que o aluno tenha uma visão sobre o espaço através do seu cotidiano, pois cada aluno, por mais que faça parte de uma mesma sociedade, o educador percebe vários tipos de comportamentos ligados por diferentes culturas.

Para Callai (2005) é importante ensinar ao aluno a construção do seu próprio pensamento através da sua escrita, a criança tem uma curiosidade sobre tudo que está ao seu redor, pois tudo é novo para ela, é nesse momento que o educador deve ensinar ao aluno sua própria linha de pensamento.

Quando o aluno chega no Ensino Fundamental II, o educador se depara com outros comportamentos e outras linhas de pensamentos. Um dos obstáculos para o professor é a estrutura da educação que é muito sistemática, onde o professor escreve o conteúdo no quadro e o aluno copia, ou seja, o aluno não desenvolve a sua própria linha de pensamento ou vive dentro do seu próprio espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre Educação Ambiental foi de grande relevância, pois é um debate que a cada dia que passa se torna urgente para fazer a leitura do mundo. O aumento do consumo na vida urbana e produção de produtos e embalagens descartáveis gera uma grande quantidade de resíduos cuja má forma de descarte torna-se de extrema preocupação. A EA não deve ser apenas um tema discutido, mas posto em prática, precisa modificar comportamentos e posturas diante do mundo que aí está.

O desafio posto de ter menos desmatamento e queima de vegetação dos biomas, inclusive, da caatinga impõe desafios para a prática da EA no semiárido nordestino, de manter a qualidade do ar, das águas, do ciclo ecológico de manutenção das espécies, nos permite projetar um futuro onde tenhamos água para beber dentre outras necessidades.

Na região semiárida, a educação ambiental desempenha papel vital, abordando desafios específicos, como escassez de água e condições climáticas extremas. Enfoque em práticas sustentáveis, adaptação às peculiaridades do clima e conscientização sobre a conservação dos recursos naturais são fundamentais para promover a resiliência nesse contexto.

Estamos vivendo em uma era que poucas pessoas se importam com os impactos, e cada vez mais obter pelo consumo sem consciência, vivendo dias automáticos apenas de

reprodução do consumo de massa. O modo de vida urbano arrasta essas práticas sertão adentro, que busca se adaptar ao novo para não caducar.

A vida centrada no consumismo é caracterizada pelo constante desejo de adquirir bens materiais como forma de buscar satisfação e status social. No entanto, essa abordagem pode levar a um ciclo vicioso de insatisfação, promovendo a ideia de que a felicidade está ligada à posse de mais coisas. É importante encontrar um equilíbrio e valorizar experiências e relacionamentos significativos para uma vida mais plena.

A EA na prática da escola deve questionar o nosso todo, o ar que respiramos, a água que bebemos, as árvores, nossas roupas, nossa comida e tudo que está ao nosso redor. Deve inspirar novas atitudes e seguimos o caminho que favoreça o lugar da natureza em nossa sociedade. Dessa forma, devemos seguir uma prática contínua da EA, a partir das leis já formuladas e lutar por mais aprendizagens que forjem uma geração mais consciente de seu papel social.

REFERÊNCIAS

AB´SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Lei N° 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. **Lei N° 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/massape_2017>. Acesso em: 14 mar. 2021

Governo do Estado do Ceará. Central de Tratamento de Resíduos é inaugurada em Sobral. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2021

CGIRS - Resolução 001/2018. Plano Regionalizado de Coletas Seletivas Múltiplas. Disponível em: <<http://irp-cdnmultiscreensite.com/2018>>. Acesso em: 14 mar. 2021

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do

ensino fundamental. **Cadernos CEDES**, Campinas/SP, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, Vol. 25, n. 66, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1996.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes: 1998.

MARCATTO, C. **Educação Ambiental**: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n 16, p. 113-132, 2001.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUEZ, José Manuel M.; SILVA, Edson V. da. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**: problemática, tendências e desafios. Edições UFC: Fortaleza, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção e consumo do e no espaço. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, Rafael Marques dos. CARVALHO, Ana Gabriela B. Melo de. Geografia e Educação Ambiental: percepção dos professores sobre o uso da geografia como ferramenta para a Educação Ambiental em BIRIGUI-SP. - Universidade Estadual de Maringá. Revista eletrônica do curso de Geografia-UFG/REJ. Acesso em: 10 maio 2018.

SOARES, Fabiana P.; LIMA, Thierry F. Geografia e educação ambiental: a conscientização da Geração Z para uma sociedade sustentável. Blog Estatão, 4 jul. 2018. Disponível: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/colégio-pentagono/geografia-e-educacao-ambiental-a-conscientizacao-da-geracao-z-para-uma-sociedade-sustentavel>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SOBRINHO, José Falcão.; TELES, Glauciana Alves. GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. **Feira de Ciências**: desenvolvimento científico no ambiente semi-árido cearense. Expressão Gráfica e Editora: Fortaleza, 2019.

TRAJBER, Rachel. MENDONÇA, Patrícia Ramos. Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. -Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.